



GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações étnicas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

O ofício de Parteira Tradicional: hierarquização de saberes e política patrimonial

Autoria: Júlia Morim de Melo

Em 2011, após realização de um inventário realizado em Pernambuco, foi solicitado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o reconhecimento do Ofício de Parteira Tradicional como Patrimônio Cultural do Brasil. O pedido foi considerado, pela Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial, improcedente devido à grande interface com a área da saúde pública e as práticas médicas e sugerido a realização de estudos juntamente com a área médica sobre exercício profissional das parteiras e para levantamento de dados a fim de subsidiar propostas de políticas públicas conjuntas (IPHAN. Ofício de 22/1/2013). Entretanto, após pressão política, a solicitação foi revista e acatada e o processo, então, reaberto. A partir desse caso, este work pretende refletir sobre o entendimento, pelas instâncias governamentais responsáveis pelo reconhecimento formal, do que se constitui patrimônio imaterial, bem como refletir sobre o papel das parteiras tradicionais nesse campo político e as tensões trazidas pelo pedido de reconhecimento de seus saberes. Propomos analisar os argumentos utilizados, em um primeiro momento, para indeferir o pedido, a articulação política para a reabertura do processo, a contra-argumentação interna do órgão responsável pelo patrimônio e, finalmente, o deferimento de que, sim, o ofício é passível de ser considerado integrante do patrimônio nacional. Tal situação levanta questões acerca do papel da antropologia, sobreposições de áreas de conhecimentos, lutas políticas por reconhecimento oficial e hierarquização de saberes.



Realização:



Apoio:



Organização:

